

¹MONIQUE WITTIG, *A marca do género*

I

Para os linguistas a marca do género diz respeito aos substantivos. Só a consideram em termos de função. Só a questionam por brincadeira, por exemplo quando falam do género como um “sexo fictício”. Por exemplo quando se compara o inglês com o francês, considera-se que aquela quase não tem género, enquanto o francês tem a reputação de ser uma língua fortemente marcada pelo género. É verdade que, estritamente falando, o inglês não atribui a marca de género aos objectos inanimados, às coisas ou aos seres não humanos. Mas quando se trata da categoria das pessoas, pode dizer-se que tanto o inglês como o francês utilizam o género. Ambos os idiomas têm a inscrição de um conceito ontologicamente primitivo que reforça na linguagem uma divisão dos seres em sexos. O “sexo fictício” dos nomes ou o seu género neutro não são mais que desenvolvimentos acidentais deste princípio básico e, como tais são relativamente inofensivos.

A manifestação do género que é idêntica tanto no inglês como no francês dá-se na dimensão da pessoa. Não interessa só aos linguistas, ainda que seja uma manifestação lexical. Enquanto conceito ontológico referindo-se à natureza do Ser, e a um conjunto de conceitos primitivos provenientes da mesma tradição do pensamento, o género parece pertencer basicamente à Filosofia. A sua razão de ser nunca é questionada pela gramática, cuja tarefa é descrever formas e funções, e não procurar uma justificação para elas. Nem é questionada pela Filosofia, porque pertence a um corpo de conceitos que se assumem tal e qual, porque os filósofos os consideram imprescindíveis para raciocinar e são para eles conceitos a priori, que são anteriores a qualquer pensamento, ou a qualquer ordem social. Assim, dão o nome género à delegação lexical “dos seres naturais”, ao seu símbolo. Conscientes de que a noção de género não é tão inofensiva como parece, a feministas americanas utilizam género como uma categoria sociológica, pondo em relevo que não existe nada natural nesta noção, já que os sexos foram construídos artificialmente, são categorias políticas, categorias opressivas. Extrapolaram o termo *género* da gramática e tendem a sobrepô-lo à noção de sexo. Estão certos na medida em que o género é o indicador linguístico da oposição política entre os sexos e da dominação das mulheres. Tal como o sexo, o homem e a mulher, o género, como conceito, é um instrumento que serve para construir o discurso político do contrato social como heterossexual.

Na teoria moderna, inclusivamente nos pressupostos das disciplinas orientadas exclusivamente para a linguagem, mantém-se a divisão clássica entre, por um lado o mundo concreto, e por outro, o mundo abstracto. A realidade social ou física e a linguagem estão desligadas. A abstracção, os símbolos, os signos não pertencem ao real. Por um lado está o real, o referente, por outro, a linguagem. É como se a relação com a linguagem fosse somente uma relação funcional, e não de transformação. Frequentemente existe uma confusão entre significado e referente, de tal modo que se usam indistintamente em alguns trabalhos críticos. Ou por vezes reduz-se o significado a uma série de mensagens que designam o referente, considerado como o único portador de sentido. Entre os linguistas, o russo Bakhtin, contemporâneo dos formalistas russos cuja obra foi finalmente traduzida, é o único que me parece ter um enfoque estritamente

¹ (1985) WITTIG, Monique, *Feminist Issues* 5, “The Mark of Gender”, no 2, Fall 1985. Paper entregue pela primeira vez no Eighth Annual International Colloquium on Poetics, “The Poetics of Gender”, patrocinado pelo Departamento de Francês e Filologia do Romance da Universidade de Columbia e pela Casa Francesa da Universidade de Columbia entre 15 e 17 de Novembro de 1984.
Tradução: Rosa Vieira Guedes, 18 de Junho de 2016

materialista da linguagem. Em sociolinguística existem trabalhos desenvolvidos nesta direcção, a maioria deles, entre as feministas².

Creio que inclusivamente as categorias filosóficas abstractas actuam sobre o real enquanto social. A linguagem projecta feixes de realidade sobre o corpo social, e violentamente marca-o e enforma-o. Por exemplo, os corpos dos actores sociais, são formados tanto pela linguagem abstracta como pela não abstracta. Há uma plasticidade do real face à linguagem, e a linguagem exerce uma acção plástica sobre a realidade. Segundo Sande Zeig³, os gestos sociais resultam deste fenómeno.

Portanto, no que diz respeito ao género, não só é importante separar da gramática e da linguística uma categoria sociológica que não ousa dizer o seu nome: é igualmente importante considerar como funciona o género na linguagem, como actua o género na linguagem, antes de considerar inclusivamente como actua sobre quem o utiliza.

O género inscreve-se numa categoria da linguagem que é totalmente diferente de qualquer outra e a que se dá o nome de pronome pessoal. Os pronomes pessoais são a única instância linguística que designa os falantes no discurso, bem como as suas situações diferentes e sucessivas por relação a este discurso. Portanto, são também o caminho e o meio de entrada na linguagem. Por isso – porque representam pessoas – interessam-nos. Sem nenhuma justificação e sem possibilidade de o questionar, os pronomes introduzem o género na linguagem, modelam-no de forma natural nas suas deslocações, em qualquer discurso, conversa ou tratado filosófico. E embora sejam o instrumento para activar a noção de género, passam despercebidos. Como eles próprios não estão marcados pelo género nas suas formas subjectivas (excepto num caso), podem transmitir a noção de género ainda que pareçam estar a cumprir outra função. Em princípio, os pronomes marcam a oposição de género somente na terceira pessoa, não tendo a marca do género nas restantes. Assim, pareceria que o género não as afecta, como se não fosse parte da sua estrutura, mas tão só um detalhe das formas que lhe são associadas. Mas, na realidade, quando existe um falante no discurso, quando há um “eu”, o género aparece. É uma espécie de suspensão da forma gramatical. Produz-se uma interpelação directa do falante. O falante é chamado em pessoa. O falante intervém, na ordem dos pronomes, sem mediação, no *seu próprio sexo*, isto é, quando o falante pertence ao sexo sociologicamente marcado como mulher. Sabemos que em francês, com *je* (“eu”) devemos marcar o género quando se utiliza com o particípio passado e com adjetivos. Em inglês, onde não existe este requisito, um falante, quando é uma mulher – sociologicamente falando – deve, de algum modo, sob certas cláusulas, tornar público o seu sexo. O género supõe o reforço do sexo na linguagem, funciona como a declaração do sexo no registo civil. O género não se reduz à terceira pessoa, e a menção do sexo na linguagem não é um tratamento reservado à terceira pessoa. O sexo, sob o nome de género, afecta todo o corpo da linguagem e força cada falante, se pertence ao sexo oprimido, a proclamá-lo no seu discurso, ou seja, a aparecer na linguagem com a própria forma física (ela) e não com uma forma abstracta, forma que qualquer falante varão tem o direito inquestionável de usar. A forma abstracta, o geral, o universal é o que significa o denominado sexo masculino, porque a classe dos homens se apropriou do universal. Devemos compreender que os homens

² (1982) GUILLAUMIN, C., “The Question of Difference”, *Feminist Issues* 2, no 1 e (1985) “The Masculine: Denotations/Connotations”, *Feminist Issues* 5, no 1; (1980) MATHIEU, N.-C., “Masculinity/Femininity”, *Feminist Issues* 4, no 1, Primavera e (1984) “Biological Paternity, Social Maternity”, *Feminist Issues* 4, no 1, Primavera.

³ (1985) ZEIG, S., “The Actor as Activator”, *Feminist Issues* 5, no 1, Primavera.

Tradução: Rosa Vieira Guedes, 18 de Junho de 2016

não nascem com uma faculdade para o universal e as mulheres não estão reduzidas desde o seu nascimento, ao particular. Do universal, apropriaram-se desde sempre os homens, e continuam a fazê-lo. Isto não acontece por um passe de magia, antes deve fazer-se. É um acto, um acto criminoso, perpetrado por uma classe contra outra. É um acto cometido ao nível dos conceitos, na filosofia, na política. O género, ao reforçar uma categoria particular sobre as mulheres, supõe uma medida de dominação. O género é daninho para as mulheres quando se usa a linguagem. Pior. O género é ontologicamente uma impossibilidade absoluta. Porque quando alguém se converte num falante, quando diz “eu”, ao fazê-lo reapropria-se da linguagem na sua totalidade⁴, que actua a partir de cada um, com o tremendo poder de a usar, e é aí, segundo os linguistas e os filósofos, que se produz o acto supremo da subjectividade, que se produz a emergência da subjectividade na consciência. Quando começamos a falar, convertemo-nos num “eu”. Este acto – converter-se em o sujeito através do exercício da linguagem e da locução -, para ser real precisa que o falante seja um sujeito absoluto, já que não é concebível um sujeito relativo, pois tal sujeito não poderia falar em absoluto. Quero dizer que, apesar da dura lei do género e da sua pressão sobre as mulheres, nenhuma mulher pode dizer “eu” sem ser para si própria um sujeito total, isto é, sem género, universal, global. Se não fosse assim, estaria condenada a um discurso de papagaio (de escravos que repetem o discurso do amo). A linguagem no seu conjunto, dá a cada um de nós o mesmo poder para chegarmos a ser um sujeito absoluto, através do seu uso. Mas o género, um elemento da linguagem, funciona acima desse facto ontológico para o anular no caso das mulheres, supõe uma tentativa constante de as separar do mais precioso para um ser humano, a subjectividade. O género é uma impossibilidade ontológica porque pretende realizar a divisão do Ser. Mas o Ser como ser não está dividido. Deus ou o Homem como seres são o Uno e o todo. Então que Ser dividido é esse que introduz a linguagem através do género? É um Ser impossível, um Ser que não existe, uma piada ontológica, uma manobra conceptual para desempossar as mulheres daquilo que lhes corresponde por direito: conceber-se a si próprias como um sujeito total através do uso da linguagem. O resultado da imposição do género, que actua como uma negociação enquanto falamos, é retirar às mulheres a autoridade para falar, e forçá-las a aparecer como aos caranguejos, particularizando-se a si próprias e desculpando-se continuamente. O resultado é privá-las de qualquer aspiração a um discurso abstracto, filosófico ou político que são os que dão forma ao corpo social. O género, portanto, deve ser destruído. A possibilidade da sua destruição dá-se no próprio uso da linguagem. Cada vez que digo “eu”, reorganizo o mundo a partir do meu ponto de vista e através da abstracção que pretendo universalizar. Ora isto é sempre assim para cada um dos falantes.

II

Destruir as categorias de sexo na política ou na filosofia, destruir o género na linguagem (ou pelo menos modificar o seu uso), é uma parte do meu trabalho enquanto escritora. É uma parte importante, pois uma modificação tão fundamental como aquela, não pode dar-se sem uma transformação da linguagem na sua totalidade. Isto afecta palavras cujos significados e formas estão próximas e associadas ao género. Mas também afecta palavras cujos significados e formas estão muito afastados dele. Em torno da dimensão de pessoa organizam-se todas as outras dimensões; uma vez que esta dimensão é posta em causa, nada fica intacto. As palavras, na sua

⁴ (1966) BENVENISTE, Émile, *Problèmes de linguistique générale*, Bibliothèque des sciences humaines, Gallimard, Paris.

Tradução: Rosa Vieira Guedes, 18 de Junho de 2016

disposição, na sua ordem, nas suas relações mútuas, activam, deslocam, dobram ou reorientam a nuvem das suas constelações em muitas direcções. E quando aparecem de novo, a mudança estrutural da linguagem faz com que tenham aspectos muito diferentes. Foram afectadas no seu sentido e também na sua forma. A sua música soa diferentemente, os seus matizes alteram-se. O que aqui está em jogo é uma mudança estrutural da linguagem, nos seus nervos, nos seus limites. Mas a linguagem não se deixa transformar se não existe um trabalho paralelo na filosofia e na política, assim como na economia, porque tal como as mulheres estão marcadas na linguagem pelo género, o estão socialmente pelo sexo. Afirmei que os pronomes pessoais activam o género através da linguagem, e os pronomes pessoais são, por assim dizer, o tema principal dos meus livros (excepto no caso de *Brouillon pour un dictionnaire des amantes* que escrevi com Sande Zeig⁵). São os motores para cujo funcionamento se devem desenhar as diferentes partes, e assim criar a necessidade da forma.

O projecto de *L'Opopanax*⁶, o meu primeiro livro, trabalhei sobre o sujeito, o sujeito falante, o sujeito do discurso, a subjectividade em geral. Queria restaurar um “eu” não dividido, universalizar o ponto de vista de um grupo condenado a ser particular, relegado na linguagem a uma categoria infra-humana. Escolhi a infância como um elemento formal aberto à história (é isto o que para mim significa narrativo), a formação do ego a partir da linguagem. Foi um esforço enorme para libertar o tema capturado. Tive que criar um dispositivo forte, algo que imediatamente estivesse além dos sexos, de maneira a que fosse desativada a divisão dos sexos e que não pudesse ser recuperada. Em francês e em inglês existe um pronome versátil, o indefinido, que significa que não está marcado pelo género, um pronome que nos é ensinado na escola a evitar sistematicamente. É o *on* em francês, o *one* em inglês. De facto ensina-se tão sistematicamente que não se deve usar que o tradutor de *L'Opopanax* nunca o usou em inglês. Devo dizer em favor do tradutor que parece muito forte em inglês, e também em francês.

Com este pronome, que carece de género e de número, podem localizar-se as personagens fora da divisão social por sexos e anulá-la em todo o livro. Em francês, a forma masculina – como lhe chamam os linguistas –, quando se usa como participio passado ou adjectivo, é associada ao sujeito *on*, e de facto é neutra. Esta questão incidental do neutro é realmente muito interessante, porque inclusivamente quando se trata de termos como *l'homme*, os linguistas não falam de neutro no mesmo sentido em que o fazem para *Bien* ou *Mal*, antes falam de género masculino. É assim porque se apropriaram de *l'homme*, *homo*, cujo sentido primeiro não é *macho*, mas *humanidade*. Tal como em *homo sum*. Homem como macho é somente um significado secundário e derivado⁷. Voltando ao *on*, trata-se de um pronome pessoal muito maneável e adaptável pois pode usar-se em direcções diferentes. Em primeiro lugar, como já disse, é indefinido quanto ao género. Pode representar um certo número de pessoas sucessivamente ou de cada vez – todos, nós, eles, eu, tu, pessoas, um pequeno ou grande número de pessoas – ou indicar o singular. Presta-se a todo o tipo de substituição de pessoas. No caso de *L'Opopanax*, representava todas as classes de pessoas, todos, algumas pessoas, o eu (eu do protagonista, do narrador, do leitor). Se *on* foi para mim a chave de um uso distorcido da linguagem, como na

⁵ (1976) WITTIG, M. e ZEIG, S., *Brouillon pour un dictionnaire des amantes*, Grasset, Paris.

⁶ (1964) WITTIG, M., *L'Opopanax*, Union générale d'éditions, Paris (Prémio Médicis).

⁷ A primeira manifestação do movimento de libertação das mulheres em França teve lugar no Arco do Triunfo, onde está o túmulo do soldado desconhecido. Um dos lemas das faixas era: *um de cada dois homens é uma mulher*. O objectivo da manifestação era depositar uma coroa de flores em honra da mulher do soldado desconhecido (ainda mais desconhecida que o soldado), e foi convocada como uma forma de apoio à manifestação de mulheres americanas em Agosto de 1970.

Tradução: Rosa Vieira Guedes, 18 de Junho de 2016

infância quando as palavras são mágicas e se desdobram brilhantes e coloridas no caleidoscópio do mundo, produzindo quando o agitamos, muitas revoluções na nossa consciência. *One, on* foi o caminho para descrever uma aprendizagem, através das palavras, de tudo o que é importante para a consciência, sendo a primeira a aprendizagem da escrita, mesmo antes da do uso da palavra. *One, on* conduz a uma experiência única para qualquer falante, quando ao dizer eu podemos reapropriar-nos de toda a linguagem e reorganizar o mundo a partir do nosso ponto de vista. Não escondi os caracteres femininos atrás de patronímicos masculinos para os parecer tornar mais universais, e entretanto, se acreditarmos no que escreveu Claude Simon, a tentativa de universalização foi bem-sucedida. Escreveu isto a propósito do que lhe ocorreu sobre a protagonista de *L'Opopanax*, uma menina: “Vejo, respiro, mastigo, sinto através dos seus olhos, da sua boca, das suas mãos, da sua pele... Converto-me na infância⁸”.

Antes de falar do pronome, que é o eixo de *Les Guérillères*⁹, gostaria de recordar o que dizem Marx e Engels em *A ideologia alemã* sobre os interesses de classe. Dizem que cada nova classe que luta pelo poder, para conseguir o seu objectivo, deve apresentar os seus interesses como o interesse comum de todos os membros da sociedade, e que no campo filosófico esta classe deve conceber o seu pensamento como universal, apresentá-lo como o único racional, o único universalmente válido.

Em *Les Guérillères* utilizei um pronome pessoal pouco usado em francês e que não existe em inglês – o colectivo plural *elles* (*they* em inglês) -, enquanto *ils* (*they*) se usa frequentemente para o geral: *they say*¹⁰. Este *ils* geral não inclui *elles*, tal como suspeito que o *they* não inclui nenhum *she* nos seus atributos. É uma pena que em inglês não exista sequer um hipotético pronome feminino plural para tentar assinalar a ausência do *she* nesse *they* geral. Mas o mais curioso é que quando existe não se utiliza. As raras vezes que se usa, *elles* nunca indica o geral nem é portador de um ponto de vista universal¹¹. Por isso, *elles* capaz de transmitir um ponto de vista universal seria uma novidade na literatura ou em qualquer outro campo. Em *Les Guérillères* tentei universalizar o ponto de vista de esse *elles*. O objectivo deste enfoque não é feminizar o mundo, mas tornar as categorias do sexo obsoletas na linguagem. Para tal, utilizo *elles* no texto como sujeito absoluto do mundo. Para textualmente ter sucesso, adoptei algumas medidas draconianas, como eliminar, nas duas primeiras partes *ele* ou *eles*. Queria produzir um feito de surpresa no leitor apresentando um texto onde *elles*, só pela sua presença, supusessem um assalto, inclusivamente para as leitoras. Ainda que o tema do livro fosse a guerra total, conduzida por *elles*, sobre *ils*, para que esta nova pessoa tivesse efeito, dois terços do livro ficaram totalmente habitados, frequentados por *elles*. Palavra a palavra, *elles* impuseram-se como sujeitos soberanos. Só então puderam aparecer *il(s)*, *they/he*, reduzidos e separados da linguagem. Para que este *elles* fosse real tive que impor uma forma épica, onde não é só o sujeito total do mundo, mas o seu conquistador. Outra consequência derivada da presença soberana de *elles* foi o início cronológico da narrativa – ou seja, a guerra total – que encontramos na terceira parte do livro, e o início textual é na realidade o final da narrativa. Parta

⁸ *L'Express*, 30 de Novembro de 1964.

⁹ (1971) WITTIG, M., *Les Guérillères*, Viking Press, New York.

¹⁰ Tanto em português como em francês (também em espanhol) a terceira forma do plural tem a marca do género – elas, eles – no entanto, optámos por deixar a palavra inglesa *they* para que, com maior facilidade se compreenda a problemática da autora.

¹¹ Nathalie Sarraute utiliza *elles* frequentemente na sua obra. Mas não o faz para indicar o universal, já que a natureza da sua obra é diferente. Estou convencida que, sem o uso que ela faz, *elles* não teria o impacto que teve em mim. É um exemplo do que Julia Kristeva denomina como intertextualidade.

Tradução: Rosa Vieira Guedes, 18 de Junho de 2016

daqui a forma circular do livro, a sua *gesta*, cuja forma geométrica circular exhibe o seu *modus operandi*. O tradutor inglês, ao carecer de um equivalente léxico de *elles*, viu-se forçado a alterá-lo, destruindo o efeito que eu procurava. Quando *elles* se transforma em *the women*, que aparece obsessivamente no texto, é precisamente uma das palavras marcadas pelo género, e anteriormente mencionada que eu nunca uso em francês. É para mim o equivalente a *escravo*, e de facto oponho-me activamente ao seu uso sempre que seja possível. Remendá-lo com o uso de *y* ou de *i* (*womyn*, *wimin*) não altera a realidade política da palavra. Se tentarmos imaginar palavras como *nogger* ou *niggir*, em vez de *nigger*, podemos perceber claramente a inutilidade de tal esforço. Não é que não exista uma solução para a tradução de *elles*. Existe, ainda que há época me foi difícil encontrá-la. Estou consciente de que se trata de um problema gramatical, e portanto textual, e não de um problema de tradução¹². A solução para a tradução inglesa consiste na reapropriação do pronome colectivo *they*, que em rigor, tanto corresponde ao género feminino como ao masculino. *They* não é só um pronome colectivo, também expressa imediatamente um grau de universalidade que não é tão imediato com *elles*. De facto, para o conseguir com *elles* deve realizar-se um trabalho de transformação que implica o desfile de outras palavras e necessita de imaginação. *They* não participa da dimensão naturalista e histórica que se associa ao sexo feminino. *They* ajuda a ir mais além da categoria do sexo. Mas *they* só é eficaz na minha proposta quando surge por si próprio, como no seu equivalente francês. Só com o uso de *they* o texto ganha a sua força e estranheza. O facto de o livro começar no final e o final ser o início cronológico, ficaria justificado textualmente pela identidade inesperada de *they*. Na terceira parte, a da guerra, *they* não pode partilhar-se com a categoria que se deve eliminar do geral. Numa nova versão, o género masculino deverá ser particularizado de forma mais sistemática, como na actual forma do livro. O masculino não deve aparecer no interior de *they*, a não ser como *man*, *he*, *his*, tal como durante muito tempo se fez com o género feminino (*woman*, *she*, *her*). Parece-me que a solução em inglês nos levará ainda mais longe no propósito de tornar obsoletas as categorias de sexo na linguagem.

Falar do pronome chave em *Le corps lesbien*¹³ é-me muito difícil; em determinadas ocasiões, considerarei este texto como uma fantasia sobre a bela análise feita pelo linguista Émile Benveniste dos pronomes *je* e *tu*. A barra no *j/e* de *Le corps lesbien* é um sinal de excesso. Um sinal que ajuda a imaginar um excesso de “*je*”, “*je*” exaltado. “*Je*” converte-se em algo tão poderoso em *Le corps lesbien* que pode atacar a ordem heterossexual nos textos, e abordar o que chamam amor, os heróis do amor, e lesbianizá-los, lesbianizar os símbolos, lesbianizar os deuses e as deusas, lesbianizar os homens e as mulheres. Este “*je*” pode ser destruído na tentativa e ressuscitado. Nada resiste a este “*je*” (ou a este *tu*, que é o mesmo, seu amor) que se distribui por todo o universo do livro como um fluxo de lava imparável.

Para entender a minha proposta neste livro, temos que voltar a *L’Oponax*, onde a única aparição do narrador é com *je* no final do livro, numa pequena frase sem tradução em inglês¹⁴, um verso de Maurice Scève, em *La Délie*: “*Tant que je l’aimais qu’en elle encore je vis*” [Eu amava-a tanto que ainda vivo nela]. Esta frase é a chave do texto e lança uma última luz sobre ele no seu conjunto, desmistificando o sentido de *oponax* e estabelecendo um sujeito lésbico

¹² Na realidade a tradução de David Le Vay é muito bonita, especialmente pelo ritmo das frases e pelo vocabulário escolhido.

¹³ (1973) WITTIG, M., *Le corps lesbien*, Les éditions de Minuit, Paris.

¹⁴ *L’Oponax* em inglês ficou desprovido de todo o corpo poético que foi incorporado no livro francês como um elemento orgânico. Em inglês todo este corpo poético ficou por traduzir, e assim não tem nenhuma virtude operativa.

como sujeito absoluto, onde o amor lésbico é o amor absoluto. *On*, *l'opoponax* e o *je* do final estão estreitamente ligados. Funcionam por turnos. Primeiro *on* coincide completamente com a personagem Catherine Legrand tal como com as demais personagens. Subitamente surge *l'opoponax* como talismã, um abre-te sésamo para abrir o mundo, uma palavra que força as palavras e o mundo a terem sentido, uma metáfora para o sujeito lésbico. Após as afirmações repetidas de Catherine Legrand “*Je suis l'opoponax*”, o narrador pode no fim do livro tomar relevo e afirmar em nome dela “Eu amava-a tanto que ainda vivo nela”. A cadeia de permutações desde “*on*” até “*je*” de *L'Opoponax* para “eu” em *Le corps lesbien*. Esta compreensão global e particular, universal e única, tomada a partir do interior de uma perspectiva em que se dá a homossexualidade, é objecto de algumas páginas extraordinárias de Proust.

Para concluir a minha exposição sobre a noção de género na linguagem, direi que se trata de uma marca única, o único símbolo léxico que se refere a um grupo oprimido. Nenhum outro deixou uma marca tão profunda na linguagem, até ao ponto em que erradicá-la não só modificaria a linguagem ao seu nível léxico mas perturbaria a sua própria estrutura e funcionamento. Mais, modificaria as relações das palavras ao seu nível metafórico muito para além dos escassos conceitos e noções que são afectados por esta transformação. Mudaria a cor que têm palavras entre si bem como as suas tonalidades. Trata-se de uma transformação que afectaria tanto aos níveis conceptual, filosófico e político como ao nível poético.

Tradução: Rosa Vieira Guedes

Nota da tradutora: Até à página 5, traduzi *je* por *eu*, por não entrar em conflito quer quanto ao sentido do próprio texto, como, a meu ver, respeitar as intenções da autora. A partir da página 5, usei o *je* quer em ligação, quer em contraponto ao *they*, devido à comparação da autora entre o francês e o inglês. No entanto, a tradução deste texto para português oferece desafios e põe em evidência a profunda marca de género existente nesta língua, já que todos os pronomes pessoais são masculinos ou femininos. Em alguns casos, foi possível substituí-los por *de* ou *em*, no entanto, a marca de género de que a própria autora fala, na língua portuguesa, não permite evitar, sob pena de ininteligibilidade, ao uso, muitas vezes até em sentido contrário ao da língua francesa, de pronomes pessoais “masculinos” e “femininos” (entre aspas, como a autora do texto os colocaria).